

# INFORMATIVO bancário



bancariosdf.com.br | Brasília, 06 de agosto de 2025 | Edição 1.542



## TRABALHADORES COBRAM E BANCOS ACEITAM CRIAR MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÕES SOBRE IA

O Comando Nacional dos Bancários se reuniu com a Fenaban para debater os impactos das novas tecnologias, especialmente da Inteligência Artificial (IA), na atividade bancária. Os representantes dos trabalhadores destacaram dados da OIT que apontam que um em cada quatro empregos será impactado pela IA generativa, com maior vulnerabilidade entre as mulheres. O movimento sindical defende que os ganhos obtidos com a tecnologia devem ser revertidos em valorização do trabalho, com aumento salarial e redução da jornada para quatro dias semanais, sem corte de salário.

Durante a reunião, os representantes dos trabalhadores apresentaram uma proposta de criação de



uma mesa permanente de negociação sobre IA, incluindo pontos como consulta prévia aos sindicatos, negociação imediata sobre fechamento de agências e cargos, requalificação e realocação dos funcionários, proibição de precarização via terceirização ou PJ, e garantia de uso ético da IA.

Também foi proposta a criação de um Observatório de Transformação Digital dos Bancários, com participação conjunta dos bancos e sindicatos.

Os dirigentes sindicais reforçaram que as tecnologias devem servir para melhorar a vida dos trabalhadores e da sociedade, e não apenas para au-

mentar os lucros dos bancos. Citaram dados que mostram que, mesmo com o crescimento das transações digitais, o atendimento presencial continua relevante e rentável, justificando a preservação das agências físicas e dos empregos. A defesa da ética, da igualdade de oportunidades e da proteção de dados também esteve no centro do debate.

A Fenaban aceitou a proposta de criação da mesa permanente sobre IA e pediu a apresentação de um calendário para os próximos encontros. Além disso, trouxe informações sobre o Programa Mais Mulheres na TI, fruto da última convenção coletiva, que prevê milhares de bolsas de estudo para formação de mulheres na área de tecnologia, buscando promover maior inclusão de gênero no setor bancário.

## ELEITA A DELEGAÇÃO DE BRASÍLIA PARA A 27ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BANCÁRIOS

A Conferência Distrital do Ramo Financeiro elegeu em assembleia no dia 26 de julho os trabalhadores e trabalhadoras que representarão Brasília na 27ª Conferência Nacional dos Bancários, marcada para 22 a 24 de agosto, em São Paulo. No encontro, realizado pelo Sindicato, também foram eleitos os representantes para os encontros nacionais do Itaú, Bradesco e Santander, a serem realizados também em São Paulo, no dia 22.

Parte do calendário de mobilização da categoria para 2025, a Conferência Distrital ocorreu uma semana após o Congresso Distrital de Bancos Públicos, onde foram eleitos os representantes do DF para os congressos nacionais do BB e da Caixa, que serão realizados em São Paulo nos dias 21 e 22 de agosto.

Abrindo a programação, a economista do Dieese Hyolitta Adrielle Araújo fez uma análise de conjuntura econômica, apresentando dados e reflexões sobre o cenário atual e seus impactos na



categoria. Em seguida, o professor Marcello Azevedo, autor de 'As finanças do Dragão: o sistema financeiro chinês', e Ricardo Berzoini, ex-ministro do Trabalho, das Comunicações, da Previdência Social e das secretarias de Relações Institucionais e de Governo, conduziram a discussão sobre o Sistema Financeiro Nacional.

A Conferência também contou com painel sobre o Poder Legislativo e a pauta da classe trabalhadora, com temas como terceirização, redução da jornada, pejotização, regulação das mídias sociais e condições de trabalho dos aplicativos, apresentado por Neuriberg Dias, diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Na sequência, o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**, fez uma análise da Consulta Nacional 2025, com recorte local, abordando os impactos da conjuntura sobre a categoria e os caminhos para fortalecer a mobilização da base diante dos desafios colocados.



## REIVINDICAÇÃO HISTÓRICA:

# TRABALHADORES DE BANCOS INCORPORADOS PODERÃO MIGRAR PARA A CASSI E PREVI

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) reuniu-se com a direção do banco para tratar da inclusão dos trabalhadores oriundos dos bancos incorporados — Banco Nossa Caixa, Besc e BEP — nos planos de previdência da Previ e no plano de saúde da Cassi. O compromisso de apresentar uma proposta até 31 de julho foi assumido em fevereiro, após a criação de um Grupo de Trabalho específico, atendendo a uma antiga reivindicação sindical.

Durante o encontro, o BB apresentou uma proposta de migração dos planos Previ BEP, Economus e Fusc para a Previ, com manutenção dos direitos atuais e possibilidade de adesão futura ao Previ Futuro. A CEBB avaliou que a proposta representa um avanço, com benefícios para os trabalhadores e redução de custos para o banco e as associações. No entanto, alertou para a importância de que os trabalhadores compreendam as regras antes de optar pela migração.

No âmbito da saúde, o banco anunciou que os funcionários da ativa dos bancos incorporados poderão aderir à Cassi após a definição da proposta na mesa de custeio. Atualmente, o estatuto da Cassi permite a permanência após a aposentadoria apenas como autopatrocinado, sem contribuição do banco. Representantes da CEBB defenderam a inclusão do banco no custeio do pós-laboral, destacando a necessidade de tratamento isonômico entre todos os funcionários.

**BB TEM 15 DIAS PARA COMPROVAR CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL SOBRE INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES**

Leia mais no QR Code



## NOVA TABELA PIP É APROVADA PELA PREVIC, EM VITÓRIA HISTÓRICA DOS ASSOCIADOS DO PREVI FUTURO

Em mais uma grande vitória dos associados, agora definitiva, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão regulador do governo federal, acaba de aprovar a implementação do novo regulamento do Previ Futuro, que inclui uma revisão da Tabela PIP (Pontuação Individual do Participante) e, como consequência, permitirá ao participante do plano aumentar sua reserva de poupança.

Antiga reivindicação dos associados encaminhada pelos dirigentes eleitos da Previ, a revisão da tabela vai acelerar o processo de pontuação que permite aumentar a contribuição adicional, conhecida como 2B, que o

participante do Previ Futuro pode fazer à medida em que evolui na carreira funcional. A contribuição pode variar de 1% a 10% do salário de participação e o banco contribui com o mesmo percentual que o associado.

*“Essa conquista é fruto de um trabalho coletivo, construído com diálogo, responsabilidade e, acima de tudo, compromisso com o futuro dos nossos colegas. Poder contribuir nesse processo ao lado de profissionais extremamente dedicados, e ver esse resultado se concretizar, beneficiando milhares de funcionários, é motivo de muito orgulho”,* comemora **Wagner Nascimento**, diretor eleito de Seguridade da Previ.

## SINDICATO OBTÉM VITÓRIAS NA JUSTIÇA EM AÇÕES COLETIVAS DE 7ª E 8ª HORAS

A 3ª Turma do TRT da 10ª Região manteve a condenação do Banco do Brasil ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras (adicional de 50%) em favor dos trabalhadores exercentes da função de Analista B UT lotados no Distrito Federal. A decisão, em segunda instância, é válida para todos os empregados que ocuparam a função a partir de 01/04/2008. Os empregados que tiveram os contratos rescindidos a partir de 01/04/2011 também estão assegurados pela decisão.

Em outra ação coletiva, a Segunda Turma do TRT da 10ª região deu provimento ao recurso do Sindicato para condenar o BB ao pagamento de duas horas extras diárias e respectivos reflexos para os exercentes das funções de Assessor Júnior, Assessor Pleno e Assessor Sênior (denominadas anteriormente de Analista Júnior, Analista Pleno e Analista Sênior) da Dirag no período de 16/12/2004 a 05/02/2013.

## SINDICATO E FETEC DENUNCIAM TERCEIRIZAÇÃO FRAUDULENTA E FECHAMENTO DE AGÊNCIAS PELO SANTANDER EM REUNIÃO COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Representantes do Sindicato e da Fetec-CUT/CN se reuniram com autoridades do Ministério da Justiça para discutir os prejuízos causados pelo fechamento de agências e pela terceirização irregular de serviços pelo Santander. O encontro, articulado pelos parlamentares Chico Vigilante (PT) e Erika Kokay (PT), teve como foco a defesa dos consumidores e dos direitos trabalhistas, com o apoio da assessoria jurídica do Sin-

dicato. Como encaminhamento, serão protocoladas denúncias junto à ANPD, ao Banco Central e ao Ministério da Fazenda, visando conter a precarização e garantir a segurança dos usuários.

A reunião foi consequência de audiências públicas realizadas na Câmara Legislativa do DF e na Câmara dos Deputados, que também discutiram a atuação do Santander nesse processo de reestruturação. No Distri-

to Federal, o número de agências do Santander caiu de 44 para apenas 15 em dois anos, refletindo uma estratégia nacional do banco focada na maximização de lucros, mesmo à custa da qualidade do atendimento.

**Eliza Espindola**, da Fetec-CUT/CN, criticou a postura da instituição, afirmando que o objetivo principal do Santander é aumentar seus lucros no Brasil, desconsiderando os impactos sociais e trabalhistas dessa política.

# TRABALHADORES DEBATEM FUTURO DA CAIXA

O Grupo de Trabalho Caixa do Futuro reuniu-se pela primeira vez com o objetivo de debater soluções para a valorização dos empregados, a defesa do caráter público da Caixa e a melhoria do atendimento aos clientes. A representação sindical defendeu que a Caixa volte a ser um banco voltado às necessidades reais da população, com foco em produtos de qualidade e atendimento humanizado.

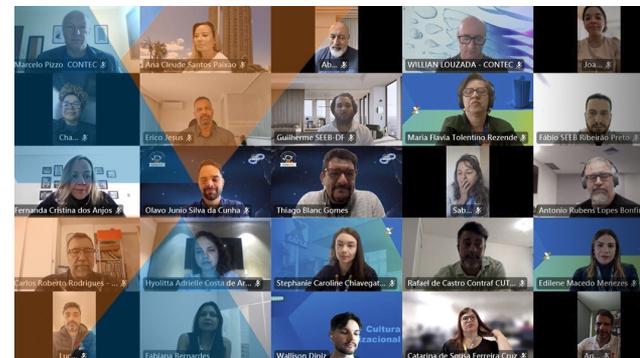
Durante a reunião, a Caixa apresentou sua cultura organizacional e o

programa de premiação Super Caixa. No entanto, os representantes dos empregados criticaram o novo modelo de premiação, alegando que ele desestimula os trabalhadores, pois exige metas coletivas para o pagamento de bonificações, mesmo quando metas individuais são atingidas. Também apontaram que as mudanças reduziram o valor das premiações e prejudicaram principalmente assistentes e técnicos bancários. A representação sindical solicitou um comparativo en-

tre os dados atuais e anteriores do programa para que o banco reveja os critérios estabelecidos.

Outro ponto debatido foi a ausência da VPN, que tem dificultado o trabalho remoto. Os representantes denunciaram más condições de trabalho nas unidades, como superlotação e falta de estrutura, e cobraram medidas emergenciais. Também pediram respostas para temas pendentes, como o uso de

celulares para visitas PJ, reestruturação das agências e retorno ao presencial. A representação dos empregados também propôs rever ferramentas de avaliação e metas, incentivando a cooperação em vez da competição entre colegas e unidades.



## EMPREGADOS REIVINDICAM REAJUSTE ZERO PARA O SAÚDE CAIXA

Em reunião com a Caixa no dia 15 de julho, a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) apresentou diversas reivindicações relacionadas ao Saúde Caixa. Entre os principais pontos estão o reajuste zero nas mensalidades, o fim do teto de gastos do banco com o plano, a melhoria da rede credenciada e a extensão do direito ao plano após a aposentadoria para os contratados após 2018.

A Caixa sinalizou avanço ao aceitar estudar o compartilhamento da rede de atendimento com outros planos de estatais, o que pode melhorar o acesso em regiões onde a rede credenciada é frágil. Também foi duramente criticado o teto de

6,5% da folha de pagamento, que limita a participação do banco nos custos do plano e pressiona financeiramente os empregados.

Outro ponto central foi a situação dos empregados admitidos após 2018, que, embora incluídos no plano em 2020, não têm garantida a manutenção do Saúde Caixa após a aposentadoria com a contribuição do banco. Os representantes argumentaram que essa exclusão cria duas categorias de empregados e defenderam a igualdade de direitos, reforçando que não há mais impedimento legal para estender esse benefício aos novos colegas.

## JUSTIÇA ACATA RECURSO DO SINDICATO EM AÇÃO COLETIVA A FAVOR DOS ASSISTENTES COMERCIAIS DO ITAÚ

A primeira turma do TRT da 10ª região deu provimento ao recurso do Sindicato para condenar o Itaú Unibanco ao pagamento de duas horas extras diárias e respectivos reflexos para os exercentes da função de Assistente Comercial (anteriormente denominada Assistente de Gerência).

Na ação coletiva, o tribunal reconheceu que o cargo não é revestido de fidúcia especial e por isso está abrangido pelo art. 224 da CLT, que determina que a duração da jornada de trabalho em instituições financeiras é de seis horas diárias. A decisão determina o pagamento das horas extras a partir de 10/11/2012, e é válida para todos os empregados que exerceram ou exercem a função e não tenham se desligado do banco antes de 10/11/2015, incluindo os não filiados, excetuando da ação apenas os que demandaram ação individual com mesmo objeto e período. Cabe recurso.

## SINDICATO REFORÇA ATUAÇÃO NAS AGÊNCIAS DO BRB

O Sindicato intensificou sua mobilização no mês de julho com uma série de ações em defesa dos trabalhadores do BRB. No dia 10, duas agências foram fechadas em protesto contra o acúmulo de funções dos Gerentes de Expediente, a falta de efetivação de novos caixas, a carência de pessoal e a urgência na convocação dos aprovados no concurso de escriturários. A mobilização surtiu efeito e, no dia 14, o banco entrou em contato com o Sindicato, marcando a retomada das mesas de negociação.

As ações continuaram ao longo do mês, com visitas a agências da região Norte no dia 16

e a unidades em Planaltina e Sobradinho no dia 17. Nessas ocasiões, diretores do Sindicato dialogaram com os trabalhadores, ouviram relatos sobre o cotidiano nas agências e reforçaram a importância de novas contratações para garantir um ambiente de trabalho digno e um atendimento de qualidade à população.

No dia 23, o Sindicato voltou às ruas para chamar atenção para a principal pauta do momento: a contratação imediata de novos bancários. A entidade tem denunciado o agravamento da sobrecarga e do adoecimento dos trabalhadores diante da falta de pessoal, especialmente nas funções de Gerente de Expediente e Caixa. A pressão segue firme para que o BRB convoque, com urgência, os aprovados no concurso de 2023.

A gravidade das condições de trabalho foi escancarada no dia 31, quando a agência da Candangolândia foi interditada pelo Sindicato. A decisão foi motivada por denúncias de alagamento e forte odor de esgoto, causados por entupimento da rede sanitária.

## BRDESCO LUCRA R\$ 11,9 BILHÕES NO 1º SEMESTRE E SEGUE FECHANDO AGÊNCIAS E POSTOS DE TRABALHO

O Bradesco encerrou o primeiro semestre de 2025 com um Lucro Líquido Recorrente de R\$ 11,9 bilhões, crescimento de 33,7% em relação ao mesmo período de 2024.

Apesar disso, o banco manteve sua política de corte de custos, promovendo demissões e o fechamento de unidades físicas. Em doze meses, foram eliminados 2.564 postos de trabalho e encerradas mais de 1.500 unidades de atendimento, impactando negativamente na qualidade do atendimento e nas condições de trabalho.



# OFICINA DA REDE UNI MULHERES BRASIL IMPULSIONA LUTA POR SOCIEDADE DO CUIDADO E IGUALDADE SALARIAL



Foi realizada entre os dias 28 e 30 de julho de 2024, na cidade de Praia Grande (SP), a Atividade Anual de Formação da Rede UNI

Mulheres Brasil. O evento, que reuniu lideranças sindicais de todo o país, inclusive do Sindicato e da Fetec-CUT/CN, teve como objetivo principal aprofundar o debate sobre a sociedade do cuidado e o papel do movimento sindical na construção de políticas públicas que garantam o bem-estar social e a igualdade de gênero.

**Elis Regina**, secretária da Mulher da Fetec-CUT/CN, ressaltou a importância do seminário para o fortalecimento da participação feminina no

movimento sindical. “Este seminário foi um espaço relevante de debate e mobilização para as mulheres sindicalistas. Discutir a sociedade do cuidado é essencial para construirmos um futuro mais justo, onde o trabalho de cuidado seja valorizado e reconhecido como um pilar do desenvolvimento social.”

**Zezé Furtado**, secretária de Mulheres do Sindicato, ressaltou a importância da transversalidade do tema da violência de gênero, que foi abordado em uma das mesas de debate. “A vio-

lência de gênero ainda é uma triste realidade em nossa sociedade e no ambiente de trabalho. Precisamos estar cada vez mais preparadas para combatê-la em todas as suas formas. Trazer esse debate para o seminário foi crucial para conscientizar e capacitar nossas lideranças a agirem de forma efetiva contra essa chaga social. A inclusão da juventude no último dia do evento demonstrou o compromisso de construir um futuro com menos precarização e mais equidade”, afirmou Zezé Furtado.

## SINDICATO AJUIZA AÇÃO PARA CONTESTAR COBRANÇA DE IR SOBRE PLR

O Sindicato ajuizou, no dia 1º de julho, uma Ação Civil Coletiva na 17ª Vara Federal de Brasília para contestar a cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) recebida pelos trabalhadores bancários. Na ação, o Sindicato pede a suspensão da cobrança do imposto e a devolução dos valores descontados indevidamente nos últimos cinco anos.

A ação tem como base o entendimento de que a PLR não tem natureza salarial, mas sim indenizatória,

e que, portanto, não deve ser tratada como rendimento tributável. Além disso, o Sindicato argumenta que o lucro da empresa já é tributado na pessoa jurídica e que, ao incidir novamente imposto quando a PLR é paga aos empregados, ocorre uma dupla tributação sobre o mesmo fato gerador, o que configura bis in idem, prática vedada pela Constituição.

Outro ponto destacado pelo Sindicato é a violação ao princípio da isonomia. Enquanto os acionistas recebem lucros e dividendos isentos de

Imposto de Renda, os trabalhadores são penalizados com desconto direto na fonte ao receber a PLR, apesar de ambos estarem sendo remunerados a partir do mesmo resultado econômico da empresa. “Essa ação trata de justiça tributária e de respeito ao princípio da igualdade. A PLR é fruto do esforço coletivo dos trabalhadores e não pode continuar sendo tratada de forma desigual em relação aos lucros dos acionistas”, afirma **Fátima Marsaro**, secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato.

## BIBLIOTECAS PÚBLICAS RECEBEM A REVISTA EXTRATOS SOBRE OS 60 ANOS DO GOLPE MILITAR



O Sindicato realizou, no último dia 31 de julho, a entrega da última edição impressa da Revista Extratos às bibliotecas da Câmara Legislativa do DF, do Senado Federal e da Presidência da República, reforçando o acervo dessas instituições para atender pesquisadores e interessados.

A edição retrata a luta de bancários e bancárias durante um dos períodos mais difíceis da história nacional: o pós-golpe de 1964. Lançada em dezembro de 2024, foi também distribuída para entidades sindicais de bancários e bancárias de todo o Brasil.

Os textos da revista revelam que o golpe de 1964 deixou um saldo de milhares de presos, torturados e mortos — vítimas dos crimes cometidos pelos golpistas, civis e militares, que tomaram o poder à força e impuseram um período de terror e dor.

## ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E FIM DA ESCALA 6x1: VOTE AQUI NO PLEBISCITO POPULAR 2025

O Plebiscito Popular 2025, organizado pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, com apoio de sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais, é uma importante iniciativa de mobilização da classe trabalhadora brasileira. A consulta acontece entre julho e setembro, com votação oficial de 14 a 21 de setembro, e busca ouvir a população sobre pautas essenciais, como o fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho sem perda salarial, a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxa dos super-ricos.

Essas pautas dialogam diretamente com a história de lutas da categoria bancária, que conquistou marcos importantes como a jornada diária de seis horas e a escala 5x2 (cinco dias de trabalho por dois de descanso). Avanços sindicais como esses transformaram a rotina dos bancários e seguem como referência para outras categorias. Defender esses direitos já consolidados e apoiar outras categorias que ainda enfrentam jornadas exaustivas e desigualdade salarial é um ato de solidariedade e compromisso coletivo. Por isso, a par-

ticipação da categoria bancária no Plebiscito Popular vai além do apoio simbólico: é a reafirmação do papel ativo na construção de um país mais justo.

Mais do que uma consulta, o Plebiscito Popular 2025 é um convite à ação coletiva. Para a categoria bancária, é a chance de transformar a solidariedade histórica em mobilização concreta, reafirmando a força da organização dos trabalhadores.

VOTE AQUI

